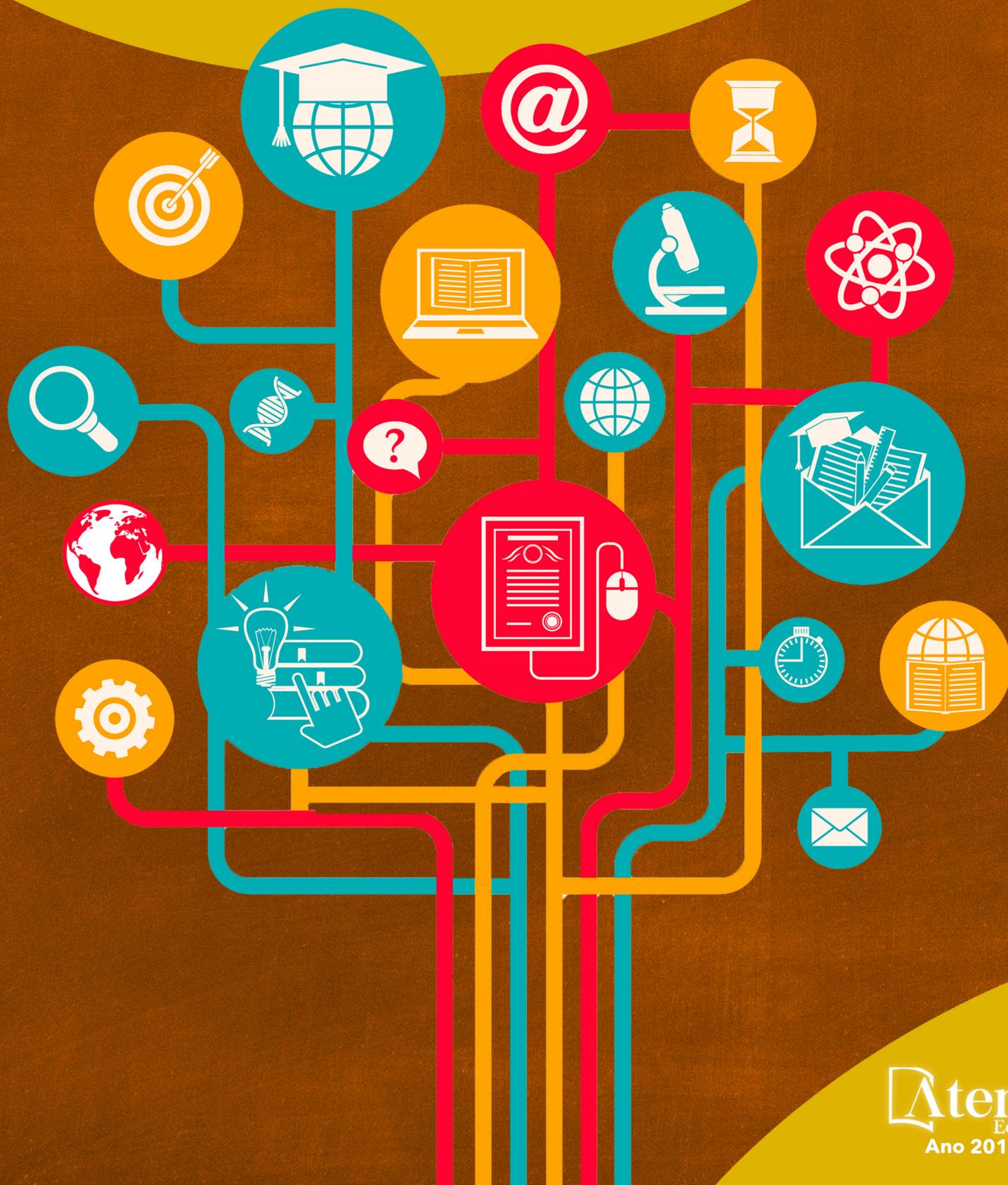


Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-479-5 DOI 10.22533/at.ed.795191107 1. Educação. 2. Sociedade. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A educação no Brasil e no mundo Avanços, Limites e Contradições” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciência humanas.

De acordo com Feldmann e D’Água (2009, p. 196), “mudar o tempo e o espaço da escola é inserir-se numa perspectiva de mudança das estruturas sociais, tendo como horizonte de possibilidades a transformação de uma sociedade injusta e excludente, em uma sociedade mais igualitária e includente”. Mudar nesse sentido, talvez signifique reconhecer que nos espaços escolares é a diferença que faz os seres humanos iguais, ou que pela equidade temos o direito de ser diferentes.

Assim, na atualidade, a escola enquanto instituição social responsável pela aquisição do saber, principalmente, o sistematizado, deve repensar suas práticas, na tentativa de embasar-se numa perspectiva científica para desenvolver uma gama de projetos, mesmo com as dificuldades de materiais e dos profissionais.

As responsabilidades da escola vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa árdua, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional, contribuindo assim para melhoria da sociedade em questão. Como afirma Torres (2008, p. 29): uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão. O que quer dizer que, a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

O Estado deve garantir o acesso à educação a todas as pessoas, sem discriminação, respeitar e valorizar a docência, assegurar formação continuada e condições de trabalho satisfatórias. E mais: as liberdades de expressão de ensinar e de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que devem se conjugar com as necessidades específicas dos diferentes públicos da educação, contempladas segundo a perspectiva inclusiva e laica, permitindo que a escola se adeque às necessidades e corresponda às realidades de seus estudantes. A qualidade da educação envolve cada um desses critérios e, implica um empenho à favor da promoção da equidade e da diversidade, bem como, o enfrentamento a toda forma de preconceito e discriminação.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A MATERIALIZAÇÃO DA EaD NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)	
Maria Aparecida Rodrigues da Fonseca Tatiane Custódio da Silva Batista	
DOI 10.22533/at.ed.7951911071	
CAPÍTULO 2	12
A INTERMITÊNCIA (E GOLPES) DA (NA) DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA COMO SINTOMA DE PROPOSTA DA NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	
Alexandre de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7951911072	
CAPÍTULO 3	23
A PEDAGOGIA SIQUEIRANA E O ENSINO DE QUÍMICA: O USO DA REDE SOCIAL PARA A DIVULGAÇÃO DA QUÍMICA ALÉM DO VESTIBULAR	
Lucas Peres Guimarães Rosane Maria Pinheiro da Silva Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.7951911073	
CAPÍTULO 4	33
A RELAÇÃO ENTRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL(PDI) DO ESTUDANTE E A INCLUSÃO ESCOLAR	
Luhany Ericleide Ponciano Maria Célia Borges	
DOI 10.22533/at.ed.7951911074	
CAPÍTULO 5	42
A TEORIA DA APRENDIZAGEM DE PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO DE ROBERT GAGNÉ: EXPOSIÇÃO E CRÍTICA	
Djalma Gonçalves Pereira Sandra Maria do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7951911075	
CAPÍTULO 6	53
ANÍSIO TEIXEIRA COMO PENSADOR SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEMÁTICA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES	
Rachel Aguiar Estevam do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.7951911076	
CAPÍTULO 7	61
AS NARRATIVAS DOS <i>SABERESFAZERES</i> DE PROFESSORAS DE ESCOLAS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIAS NA/PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA	
Elizete Oliveira de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7951911077	
CAPÍTULO 8	75
AS VOZES DOS INTELLECTUAIS NA FORMAÇÃO DO DISCURSO DA MODERNIDADE EDUCACIONAL EM SANTOS (1890-1920)	
Luiz Henrique Portela Faria	
DOI 10.22533/at.ed.7951911078	

CAPÍTULO 9 85

CEMEFEJA PAULO FREIRE: UMA PROPOSTA SINGULAR DE ATENDIMENTO DE JOVENS E ADULTOS EM PERÍODO INTEGRAL

Luciana Squarizi Andrade de Lima
Mariana de Paula Motta
Ruth Gouveia Dias
Elaine Juliano Pereira
Georgina Vicente
Francisco Jaime Souza
Emídio Claro Neto
Isabel Aparecida Silva
Viviane Gomes Magdal
Maria Olmos Distler
Rosana Alves Santana

DOI 10.22533/at.ed.7951911079

CAPÍTULO 10 95

COLABORAÇÃO E CRIATIVIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Adriana Clementino Mosca
Cláudia Cristina Moreira de Souza
Silvia Cristina Hito

DOI 10.22533/at.ed.79519110710

CAPÍTULO 11 104

COLEÇÃO NOVO GIRASSOL SABERES E FAZERES DO CAMPO: COMO UM ENSINO MARCADO PELO RESPEITO À DIVERSIDADE?

José Bruno Alves da Cruz
Camila Mota de Fontes
Erinalva Barbosa Franco
Nilvania dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.79519110711

CAPÍTULO 12 116

COMO MELHORAR O DESEMPENHO ESCOLAR COM DIFERENTES ESTRATÉGIAS: PIBID E CHARTER SCHOOLS?

Fernanda Scaciota Simões da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79519110712

CAPÍTULO 13 127

DIVERSIDADE CULTURAL E CURRÍCULO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS CULTURAIS NA ESCOLA

Miriã Santana Veiga
Ezenice Costa de Freitas Bezerra
Jussara Santos Pimenta

DOI 10.22533/at.ed.79519110713

CAPÍTULO 14 136

DOCÊNCIA VIRTUAL: EMANCIPAR PARA TRANSFORMAR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Magalis Bésse Dorneles Schneider

DOI 10.22533/at.ed.79519110714

CAPÍTULO 15	147
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA COM A INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Simone de Paula Rodrigues Moura Maria Aparecida Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.79519110715	
CAPÍTULO 16	158
ESCOLA FORA DA CAIXA: UMA OUTRA ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO COTIDIANO E PRÁTICAS EDUCATIVAS	
Mariana de Paula Motta Emídio Claro Neto Elaine Juliano Pereira Eliana Camargo Horto Francisco Jaime Alves de Souza Georgina Florêncio Vicente Isabel Aparecida da Silva Luciana Squarizi Andrade de Lima Maria Aparecida Olmos Distler Rosana Alves Santana Ruth Gouveia Dias Viviane Gomes Magdal	
DOI 10.22533/at.ed.79519110716	
CAPÍTULO 17	169
FORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE NA DIMENSÃO FREIREANA: PERSPECTIVAS PARA REINVENTAR A VIDA	
Evely Najjar Capdeville Adriana de Castro Amédée Péret	
DOI 10.22533/at.ed.79519110717	
CAPÍTULO 18	176
GESTÃO DEMOCRÁTICA E TECNOLOGIAS - EXPERIÊNCIA DE UM PERCURSO FORMATIVO	
Carmenisia Jacobina Aires	
DOI 10.22533/at.ed.79519110718	
CAPÍTULO 19	192
HISTÓRICO DOS DIREITOS EDUCACIONAIS NAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS	
Evania Martins Guerra Daniel Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.79519110719	
CAPÍTULO 20	203
ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E FÉ CATÓLICA: IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL DO BRASIL NO SÉCULO XIX	
Francilda Alcantara Mendes Almir Leal Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.79519110720	
SOBRE A ORGANIZADORA	210

ESCOLA FORA DA CAIXA: UMA OUTRA ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO COTIDIANO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Mariana de Paula Motta

marianadepaulamotta@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Emídio Claro Neto

cemefejapaulofreire@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Elaine Juliano Pereira

lainepersonal@hotmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Eliana Camargo Horta

hortoeli@ig.com.br

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Francisco Jaime Alves de Souza

franja1681@bol.com.br

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Georgina Florêncio Vicente

cemefejapaulofreire@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Isabel Aparecida da Silva

cemefejapaulofreire@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Luciana Squarizi Andrade de Lima

cemefejapaulofreire@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria

Municipal de Educação

Maria Aparecida Olmos Distler

cemefejapaulofreire@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Rosana Alves Santana

cemefejapaulofreire@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Ruth Gouveia Dias

cemefejapaulofreire@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

Viviane Gomes Magdal

vivianega7@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria
Municipal de Educação

RESUMO: Em 2015, a partir da análise do contexto escolar, o Cemefeja Paulo Freire implementou na unidade o “Projeto piloto para a escola de educação integral: uma proposta em construção no cemefeja/emef Paulo Freire”. O novo projeto, desenvolvido pela equipe escolar trouxe mudanças importantes na organização do trabalho pedagógico, entre elas a realização de anamnese e avaliação diagnóstica no momento da matrícula e a reorganização das turmas em grupos de trabalho por necessidade de aprendizagem. Foi observado que os alunos de EJA ao procurar a escola após um período

de afastamento das instituições escolares vêm com experiências e conhecimentos muito diferentes do que o que tinha quando interrompeu os estudos e, portanto, distantes das expectativas de aprendizagem correspondentes à série/ano em que se matricula. Assim os grupos organizados tradicionalmente em termos/anos se tornam extremamente heterogêneos compreendendo indivíduos com necessidades muito diferentes de aprendizagem. Considerando essa realidade a equipe pedagógica propôs a organização de enturmações na escola a partir das necessidades reais de aprendizagem dos indivíduos, com o objetivo de agrupar alunos com conhecimentos próximos e necessidades comuns facilitando os trabalhos coletivos, a ajuda entre os pares e o desenvolvimento significativo dos alunos. Para tanto foi elaborada uma entrevista de matrícula composta de um roteiro de anamnese e uma avaliação diagnóstica das habilidades de cálculo, solução de problemas lógicos, escrita, leitura e compreensão de texto. A partir da análise dos dados colhidos na entrevista os alunos são divididos nos grupos de Introdução, Desenvolvimento, Aprofundamento ou Consolidação. A partir de 2016 foi proposta também uma turma de acolhimento, por onde alunos matriculados no meio do ano letivo passam por um processo temporário de adaptação à escola.

PALAVRAS-CHAVE: educação de jovens e adultos; avaliação diagnóstica; grupos de trabalho

INTRODUÇÃO

— Eu desejava ver um pôr-do— sol ... Fazei-me esse favor. Ordenai ao sol que se ponha. . .

— Se eu ordenasse a meu general voar de uma flor a outra como borboleta, ou escrever uma tragédia, ou transformar-se em gaivota, e o general não executasse a ordem recebida, quem — ele ou eu — estaria errado?

— Vós, respondeu com firmeza o príncipezinho.

— Exato. É preciso exigir de cada um o que cada um pode dar, replicou o rei. A autoridade repousa sobre a razão. Se ordenares a teu povo que ele se lance ao mar, farão todos revolução. Eu tenho o direito de exigir obediência porque minhas ordens são razoáveis.

— E meu pôr-do-sol? lembrou o príncipezinho, que nunca esquecia a pergunta que houvesse formulado.

— Teu pôr-do-sol, tu o terás. Eu o exigirei. Mas eu esperarei, na minha ciência de governo, que as condições sejam favoráveis.” (ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY)

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINAS E O CEMEFEJA PAULO FREIRE

A Educação de Jovens e Adultos, modalidade da Educação Básica, é direito previsto no Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) que define que

“Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram

acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.”

É necessário compreender a Educação de Jovens e Adultos em suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora. Reparadora porque restaura um direito negado anteriormente ao sujeito; equalizadora porque proporciona novas possibilidades de vida e trabalho; qualificadora porque tem caráter de educação em diálogo com a vida.

Nesse sentido, em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o PRIMEIRO RELATÓRIO COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ANOS FINAIS da cidade de Campinas, de janeiro de 2015, contribui para a compreensão do perfil da Educação de jovens e Adultos no município e traz princípios indicativos do caminho a ser seguido por essa modalidade de ensino.

Em primeiro lugar compreende-se que a oferta não se limita exclusivamente à vaga, mas deve incluir chamamento público adequado e garantia de condições de frequência como acolhimento na unidade, transporte, alimentação e tempo para dedicação ao estudo dentro da jornada de trabalho, quando necessário.

Depois, entende-se como demanda não apenas os alunos que já encontram incluídos no sistema, mas também a demanda potencial composta pela população com baixa escolarização, de perfis variados, sobre os quais discutiremos abaixo.

Além disso considera-se que ainda que existam princípios comuns referentes à estrutura dos cursos e à organização curricular da modalidade, é importante que as unidades tenham autonomia para a organização de seus projetos pedagógicos, sendo dessa forma possível garantir que a oferta de cursos de EJA seja diversificada de modo a atender mais adequadamente as demandas e as condições de frequência do seu público.

Finalmente volta-se aos sujeitos da EJA como referência central na qual o curso é fundamentado. Nesse sentido é indispensável a atenção ao perfil dos alunos, suas demandas formativas, condições de frequência à escola, tempos de aprendizagem e valorização de seus saberes e experiências. Assim não há razão na reprodução da lógica escolar tradicional - fragmentada, estruturada exclusivamente em saberes escolares desvinculados da vida, que padroniza abordagens e expectativas de aprendizagens e é organizada em tempos rígidos o que contribui para a exclusão de adolescentes, jovens, adultos e idosos do direito à educação.

Nessa perspectiva o perfil e as demandas do público da EJA, que se expressam em sua diversidade etária, de gênero, de inserção no mundo do trabalho, e percursos

da vida demandam flexibilizações do currículo, tempos escolares, processos avaliativos e percursos formativos.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - dados de 2014 - e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - dados de 2010 - estima-se que hoje aproximadamente 24% da população do município de Campinas com mais de 15 anos possui o ensino fundamental incompleto.

Nesse contexto, em 2003, a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Obra Social São João Bosco (OSSJB), criou o CEMEFEJA Paulo Freire, tendo sob responsabilidade da equipe gestora da u.e. 4 (quatro) turmas de Educação de Jovens e Adultos/Anos Finais do Ensino Fundamental e a 1 (uma) turma multiseriada do Ensino Fundamental II, denominada “Multiciclos Transdisciplinares”.

Neste mesmo local, também eram oferecidos a EJA/Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sob a responsabilidade da FUMEC, e cursos de Qualificação Profissional sob responsabilidade do Centro de Educação Profissional de Campinas “Antônio da Costa Santos” (CEPROCAMP).

Em 2015 foi implementado na unidade o PROJETO PILOTO PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA PROPOSTA **EM CONSTRUÇÃO** NO CEMEFEJA/EMEF PAULO FREIRE, que passou a oferecer o curso de EJA II em tempo integral em concordância com as orientações da Secretaria Municipal de Educação, como detalhado e especificado no documento do projeto em questão, a partir da análise do perfil e da demanda da escola.

O processo de implantação do projeto de Educação Integral no CEMEFEJA/EMEF Paulo Freire significou a concretização de uma reivindicação histórica da equipe escolar por um nova organização curricular, dos tempos e espaços escolares, bem como da formação e trabalho docente coletivo para atender às necessidades educacionais dos adolescentes, jovens e adultos desta escola, em sua maioria com grande vulnerabilidade à violência e que em alguns momentos de suas vidas já foram excluídos da escola.

Essa nova organização na perspectiva da educação integral ampliou a jornada escolar dos alunos criando oportunidades e situações que promovem aprendizagens significativas e que contemplam a condição multidimensional da comunidade escolar, elevando os índices de aprendizagem, valorização da escola e proporcionando proteção à adolescência na produção e apropriação de culturas.

Desde 2016, com o fim da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Obra Social São João Bosco (OSSJB), o CEMEFEJA Paulo Freire está instalado no centro da cidade de Campinas.

AS PARTICULARIDADES DO CEMEFEJA PAULO FREIRE

A sociedade em que vivemos hoje não tem lugar para todos e a escola não mais garante uma colocação social e a participação na vida produtiva. Assim um número de

peças acaba pertencendo a um não lugar e se tornando não sujeitos. Muitas vezes o sistema escolar não consegue garantir educação de qualidade à todas as pessoas e acaba reproduzindo os mecanismos e as lógicas de exclusão da sociedade em que está inserida, mesmo quando os discursos educacionais enfatizam cada vez mais uma retórica sobre a inclusão.

“É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da ‘escola libertadora’, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.” (BOURDIEU, 1966)

Nesse contexto de contradição existe o CEMEFEJA Paulo Freire, uma escola criada para o atendimento prioritário a menores infratores em situação de liberdade assistida, menores abrigados, pessoas em situação de rua e, ao grupo de excluídos com histórico de fracasso escolar, vulnerabilidade social e violência extrema.

A princípio qualquer escola da rede se propõe a incluir todas as pessoas a atendê-las em suas necessidades especiais e específicas, sem exclusões pela raça, gênero, condição social, deficiência ou história de vida. Porém o sistema não consegue suprir todas as demandas e exceções são geradas. Quando essas exceções se tornam muitas e sistêmicas o próprio sistema se vê obrigado a re-absorvê-las. É esse lugar que o CEMEFEJA Paulo Freire vem ocupar. Ainda que nossos alunos não tenham lugar nessa sociedade eles, de certa forma, se recusam a ficar invisíveis e alheios a ela.

Um levantamento da população atendida em 2015 mostrava que as foram matriculadas pessoas entre 15 a 90 anos, contudo mais da metade eram menores de 18 anos. Adolescentes a quem havia sido negado o acesso à escola ou que foram excluídos do ensino regular devido o fracasso escolar. Muitos viviam em situação de abandono, nas ruas, ou assistidos pela vara da infância e da juventude por cometerem infrações e delitos em consequência de uso frequente e abusivo de substâncias psicotrópicas. Moravam em diversos bairros de Campinas e região como, por exemplo: DICs, Campo Belo, São José, Pq Imperador, Padre Anchieta, Bassoli, Satélite Iris I, Cambuí, Swyft, Princesa do Oeste, Centro, CDHU, São Martins, Cidade Singer, Jardim Fernanda, Jd Santo Antônio, Jardim Itatinga, Pros de Souza, Flamboyant, Jd Botafogo, Vila Palmeiras, Vila Nogueira, Jd Yeda, Residencial Vila Olímpia, Gleba B, Jardim Campos Elísios, São Clemente - Monte Mor, Vila Padre Manoel da Nobrega, Jd Miriam, Parapanema, Parque Oziel. O auxílio social mais recebido era a Bolsa Família, mas também há os que recebiam Bolsa PET, Jovem.com, BPC e alguns adultos o auxílio doença pelo INSS. Um número considerável era assistido por um ou mais dos seguintes serviços: Vara da Infância e Juventude, Defensoria Pública, CAPS, CRAS, COMEC, CEDAP, ConCiliar, SOS Mulher, AFASCOM, Conviver, SETA, PAEF, Obra Social São João Bosco e Casas de acolhimento. Quase 20% não possuíam qualquer renda, e quase três quartos deles sobreviviam com menos de R\$1.000,00 por mês.

Mais de dois terços dos alunos matriculados não trabalhavam e dos que trabalham menos de um quarto utilizavam a escrita, leitura e/ou a matemática em suas funções. Aproximadamente 10% não possuíam luz elétrica e água encanada em suas casas e a mesma porcentagem viviam em casas de acolhimento. O saneamento básico e asfalto não existiam em aproximadamente dois terços das moradias. As famílias eram numerosas sendo que quase a metade morava com mais cinco pessoas e nem sempre o tamanho da casa era o mais apropriado.

Uma das características mais frequentes no grupo era a violência permeando suas vidas e suas relações, a alta vulnerabilidade e situação de risco, além das dificuldades socioeconômicas e os conflitos familiares. A maioria dos matriculados apresentavam histórico de fracasso escolar e expulsões de outras UEs.

Assim observamos que heterogeneidade e a complexidade são as marcas preponderantes desse grupo de alunos e por isso o CEMEFEJA Paulo Freire tem perseguido o objetivo de atender aos alunos, de maneira a garantir a reinserção destes no itinerário formativo escolar, além de proporcionar condições melhores de sociabilidade. Enfrentar o desafio de oferecer uma educação capaz de reverter a tendência ao fracasso escolar exige a construção de uma proposta de trabalho pedagógico e uma estrutura de atendimento diferenciado que integre, de fato, os vários serviços existentes no local e atenda a especificidade aqui descrita.

A ENTURMAÇÃO DIFERENCIADA COMO ALTERNATIVA DE ATENDIMENTO

O novo projeto, desenvolvido pela equipe escolar a partir do estudo sobre educação integral, diferentes modelos de EJA e projetos de escolas democráticas, trouxe mudanças importantes na organização do trabalho pedagógico como a distribuição de aulas em tempos de 60 minutos, trabalho em eixos com docência compartilhada, prioridade ao trabalho interdisciplinar, e reorganização das turmas em grupos de trabalho por necessidade de aprendizagem.

Observamos que era comum na EJA alunos chegarem à escola matriculados em quaisquer dos anos do ensino fundamental II, porém ainda com grandes problemas de alfabetização, alguns ainda analfabetos, enquanto outros tinham grande bagagem de experiência que garantia boas condições de leitura, escrita, compreensão e cálculo independente do ano em que estavam matriculados. Com isso os grupos organizados tradicionalmente em termos/anos se tornavam extremamente heterogêneos por compreender indivíduos em momentos muito diferentes do aprendizado.

Se por um lado a experiência com o diferente é muito rica, por outro a grande distância entre os conhecimentos prévios dos alunos e os conhecimentos a serem trabalhados dificulta uma proposta que permita o desenvolvimentos de todos.

Segundo Vygotsky, apud Fino, “Se a criança tem dificuldade com um problema de aritmética e o professor o resolve no quadro a criança pode compreender a solução num instante. Mas se o professor estiver a resolver o problema usando altas

matemáticas, a criança não será capaz de compreender a solução independente do número de vezes que imite o professor.”

Quando alunos não alfabetizados são colocados em uma turma de nono ano e lhe é pedido que acompanhe a aula é como se um rei ordenasse seus generais a transformarem-se em pássaros: falta razoabilidade nesse pedido.

Diante dessa realidade, e a partir das observações de escolas com experiências diferenciadas de grupos de trabalho, como a EMEF Amorim Lima e do CIEJA Campo Limpo ambos na cidade de São Paulo a equipe do CEMEFEJA Paulo Freire decidiu reorganizar as turmas de forma a melhor atender as demandas da população que ensina.

As matrículas são agendadas com antecedência pela secretaria da escola. No caso de menores de 18 anos e, em alguns casos de maiores atendidos por serviços de apoio, é necessária a presença do responsável ou profissional de referência e do aluno que será matriculado. No dia agendado aluno e responsável ou profissional de referência são recebidos por dois professores que realizam uma entrevista. Esse momento tem como objetivo possibilitar à escola conhecer o aluno e ao aluno conhecer a escola. O questionário contém perguntas sobre a história escolar e de vida do aluno, suas facilidades, dificuldades, seus gostos, hábitos e sonhos. Os professores também esclarecem o funcionamento da escola, os projetos pedagógicos trabalhados, as normas, direitos e deveres que os alunos terão. Nesse momento também é feita uma avaliação diagnóstica do aluno. Essa avaliação contém questões de leitura e compreensão de texto, resolução de problemas lógicos e uma redação em que o aluno deve se apresentar à escola. Caso a pessoa declare que não sabe ler ou escrever, é feita uma avaliação diagnóstica de alfabetização.

A partir das informações recolhidas na entrevista e na avaliação diagnóstica os alunos são agrupados em uma das quatro turmas sendo a “Introdução” formada pelos alunos não alfabetizados, “Desenvolvimento” composta dos alunos que lêem, escrevem e fazem contas simples com dificuldade, precisando de auxílio para realizar essas atividades, “Aprofundamento” formada por alunos alfabetizados e que fazem contas e “Consolidação” composta por alunos alfabetizados, com leitura e compreensão de textos fluente e que resolvem problemas lógicos.

A escolha por agrupar os alunos de acordo com suas habilidades de leitura, escrita e resolução de problemas não está relacionada a limitação do conteúdo ensinado mas a forma como o conteúdo é abordado em cada grupo, respeitando os objetivos de cada disciplina para o ciclo na educação de jovens e adultos conforme as diretrizes da rede municipal de Campinas. O objetivo é que se possa proporcionar uma aprendizagem significativa a todos os alunos, mesmo àqueles que, por quaisquer razões, não conseguiram atingir a expectativa de aprendizagem do ano ou termo em que estão matriculados, respeitando assim os conhecimentos, ritmos e desenvolvimento de cada um.

Para a turma de “Introdução” que compreende os alunos não alfabetizados,

a equipe pedagógica, entendendo que é função da escola garantir o mínimo de conhecimentos das habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico matemático, optou por propor um trabalho articulado entre os professores de todas as disciplinas a fim de propiciar o desenvolvimento de tais conhecimentos. É importante ressaltar que esses alunos que chegam ao EJA II analfabetos, passaram pelo sistema escolar, estiveram matriculados em turmas do ciclo de alfabetização com professores pedagogos, especialistas em alfabetização e, por motivos diversos, falharam no aprendizado das habilidades de leitura e escrita. Assim esse grupo de alunos apresenta grandes dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima e pouca motivação para o aprendizado, o que torna essa tarefa ainda mais desafiadora para o grupo de professores do CEMEFEJA Paulo Freire formado por profissionais especialistas e não por pedagogos. Outro ponto dificultador desse processo é o fato de que a turma tem aulas com oito professores diferentes e não com um único professor polivalente, como acontece no ciclo de alfabetização, fazendo com que propor uma sequência de atividades coerentes e que possam ajudar os alunos no desenvolvimento da leitura e escrita seja um grande desafio. Desde a implantação desse modelo de enturmação na escola, a equipe pedagógica vem buscando formações e ações conjuntas com a finalidade de superar as dificuldades enfrentadas no trabalho com esse grupo. Uma das ações usadas para que se possa realizar esse trabalho é a adoção de um material didático único para alfabetização. Cada aluno possui seu material, que fica na escola e é usado nas aulas de todas as disciplinas. Os alunos seguem seu ritmo individualmente mantendo a sequência dos conteúdos em todas as aulas. Os professores, ainda que tenham uma linha comum de trabalho e conteúdos de alfabetização, tem a liberdade de propor outras atividades que integrem os conteúdos específicos de suas disciplinas às atividades de leitura, escrita e lógica.

Para as turmas de “Desenvolvimento”, “Aprofundamento” e “Consolidação” que compreendem os alunos alfabetizados em seus diferentes níveis de fluência das habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico os professores fazem a curadoria dos conteúdos e a adaptação das atividades de acordo com a turma e suas potencialidades.

Sobre os potenciais de desenvolvimento vale retomar o conceito de zona de desenvolvimento potencial (ZDP) trazido por Vygotsky, apud Fino, que parte da ideia de que existe uma área de potencial de desenvolvimento cognitivo que corresponde a distância entre o nível atual de desenvolvimento, que pode ser compreendido pela capacidade atual do indivíduo de resolver problemas sozinho e o nível de desenvolvimento potencial do sujeito que pode ser determinado pela resolução de problemas com auxílio. Nesse sentido pode-se entender que são ineficazes as atividades orientadas para os níveis de conhecimento já adquiridos pois estas não apontam para um novo estágio no processo de desenvolvimento. Assim os agrupamentos propostos auxiliam a proposição de aprendizagens que orientem os sujeitos no sentido do seu desenvolvimento real e significativo.

Uma das características mais importantes do CEMEFEJA Paulo Freire é o foco

no trabalho inter e transdisciplinar. Desde a implantação do projeto de educação integral na escola a equipe pedagógica se propõe a oferecer atividades diferenciadas no currículo da escola. Para algumas dessas aulas o agrupamento é diferenciado, mesclando alunos de todas as turmas. Um exemplo é a aula de “convivência ética na escola” que ocorre uma vez por semana e atualmente é conduzida pelas professoras de Educação Física e Artes. Nessas aulas os alunos da escola são agrupados em duas grandes turmas que eles mesmos escolhem. São trabalhados conteúdos relacionados a autoconhecimento, comunicação assertiva, escuta ativa, valores éticos e morais, ações e comportamentos éticos e morais, indisciplina, violência e agressividade. Outro exemplo são as aulas de Pesquisa ligadas ao projeto PESCO - Pesquisa e Conhecimento na Escola, da SME de Campinas, que também acontecem semanalmente. Todas as turmas participam dessas aulas e os grupos de trabalho são montados de acordo com a atividade planejada. Existem momentos em que todos os alunos participam juntos de uma atividade, em outros as turmas são divididas em dois ou em até quatro grupos. O projeto de pesquisa é único e envolve todas as disciplinas e alunos e as atividades são planejadas pelo grupo de professores em suas reuniões de planejamento. Também fazem parte do projeto da escola as aulas de tutoria. Cada um dos oito professores é responsável por um pequeno grupo de alunos pupilos e semanalmente acompanham seu desenvolvimento escolar, ajudam a organizar os cadernos, entregam atividades perdidas, conversam sobre dificuldades e necessidades. Além disso são organizadas saídas pedagógicas com roteiros de atividades e algumas oficinas durante o ano letivo momentos em que os agrupamentos são flexibilizados possibilitando a convivência entre todos os alunos da escola.

Como na modalidade EJA as matrículas são abertas durante todo o período letivo e considerando que o CEMEFEJA Paulo Freire recebe constantemente alunos de demanda espontânea, encaminhamentos dos serviços de atendimento social e da saúde e mandatos judiciais, a partir do segundo semestre de 2016 a equipe escolar decidiu organizar uma turma de “Acolhimento”. Essa turma foi concebida como uma forma de receber os alunos que são matriculados no meio do ano letivo, que já perderam conteúdos e que ainda não conhecem o funcionamento da escola além de acolher alunos que precisam de ajuda para retomar ou manter o ritmo de estudos e para se adaptar a rotina escolar. Essa turma tem um caráter de frequência temporária, e os alunos são encaminhados a sua turma definitiva de acordo com os resultados da entrevista, avaliação diagnóstica e rendimento na turma de “Acolhimento” após avaliação do(a) professor(a) responsável em reunião com o toda a equipe pedagógica. A princípio as atividades dessa turma eram conduzidas pelo(a) professor(a) adjunto(a) em trabalho integrado entre os professores. A partir da metade do primeiro semestre de 2017 a escola ficou sem professor(a) adjunto(a) e as atividades da sala passaram a ser conduzidas por professor em hora-projeto. Como a escola adota como formas prioritárias para solução de conflitos a mediação, a cultura restaurativa e o protocolo de preocupação compartilhada adaptado, sendo medidas de sanção expiatória como

advertências, suspensões e transferência compulsória fortemente evitadas. Porém em alguns casos se faz necessário o afastamento temporário de um aluno da convivência com os colegas por questões de segurança, durante o processo de resolução dos conflitos. Nesses casos a turma de “Acolhimento” pode ser usada para atender temporariamente a aluno em processo de mediação de medidas disciplinares ou que ofereça algum risco a si mesmo ou aos colegas quando frequentando as turmas regulares. Nesse sentido esse grupo se apresenta como uma forma de garantir a frequência do aluno a escola e seu direito à educação, configurando-se como medida inclusiva já que não nega ao sujeito seus direitos e possibilita uma maior atenção ao indivíduo em suas necessidade para o desenvolvimento de habilidades sociais, éticas e morais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CEMEFEJA Paulo Freire é uma escola de educação de jovens e adultos em nível de ensino fundamental II que atende uma população majoritariamente de jovens e adolescentes caracterizada pela alta vulnerabilidade, histórico de fracasso escolar, abuso de substâncias psicotrópicas, negligência familiar, necessidade de acompanhamento de serviços sociais e de saúde mental, violência, envolvimento com crimes e atividades ilegais. A partir da análise do perfil da escola e do estudo de diferentes práticas pedagógicas a equipe escolar implantou em 2015 o PROJETO PILOTO PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA PROPOSTA **EM CONSTRUÇÃO** NO CEMEFEJA/EMEF PAULO FREIRE. Entre as várias mudanças que o projeto trouxe à prática educativa na escola está o processo diferenciado de enturmação por níveis de conhecimento das habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico matemático. No momento da matrícula é feita uma entrevista e uma avaliação diagnóstica do aluno que permite a organização das turmas em “Introdução” formada pelos alunos não alfabetizados, “Desenvolvimento” composta dos alunos que lêem, escrevem e fazem contas simples com dificuldade, precisando de auxílio para realizar essas atividades, “Aprofundamento” formada por alunos alfabetizados e que fazem contas e “Consolidação” composta por alunos alfabetizados, com leitura e compreensão de textos fluente e que resolvem problemas lógicos.

A escolha por agrupar os alunos de acordo com suas habilidades de leitura, escrita e resolução de problemas não limita os conteúdos ensinado mas serve como base para escolha de como abordar os assuntos em cada grupo, respeitando os objetivos de cada disciplina para o ciclo na educação de jovens e adultos conforme as diretrizes da rede municipal de Campinas.

O objetivo dessa nova forma de enturmação é que se possa proporcionar uma aprendizagem significativa a todos os alunos, mesmo aqueles que não conseguiram atingir a expectativa de aprendizagem do ano ou termo em que estão matriculados, e que se possa respeitar assim os conhecimentos, ritmos e desenvolvimento de cada

um.

Existe ainda uma turma chamada de “Acolhimento” de frequência temporária que objetiva receber os alunos que são matriculados no meio do ano letivo, que já perderam conteúdos e que ainda não conhecem o funcionamento da escola além de acolher alunos que precisam de ajuda para retomar ou manter o ritmo de estudos e para se adaptar a rotina escolar.

Os agrupamentos propostos podem ser flexibilizados de acordo com o projeto pedagógico para o desenvolvimento das atividades inter e transdisciplinares a partir do planejamento do grupo de professores.

Essa proposta de enturmação é praticada desde o segundo semestre de 2015 no CEMEFEJA Paulo Freire com sucesso. Professores consideram que os agrupamentos facilitam o planejamento de atividades significativas, melhoram a adesão do grupo às propostas e o rendimento dos alunos. Já os alunos relatam que se sentem respeitados, capazes, atendidos em suas expectativas de aprendizagem e com autoestima mais alta.

A equipe escolar entende que o projeto pedagógico está em constante construção e aprimoramento. Portanto considera que ainda se faz necessário continuar os estudos principalmente referentes às questões de educação integral, inter e transdisciplinaridade e alfabetização para que se possa aprimorar as práticas pedagógicas e superar os obstáculos encontrados no percurso.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et la culture. *Revue Française de sociologie*. Paris, 7 (3), 1966, p. 325-347). Trad.: Aparecida Joly Gouveia

BRASIL. *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FINO, Carlos Nogueira. Vygotsky e a zona de desenvolvimento proximal(ZDP): três implicações pedagógicas. *Revista portuguesa de educação*. vol 14, n 2 pp 273-291.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *CIEJA: centro integrado de educação de jovens e adultos*. São Paulo, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos: um processo contínuo de reflexão e ação*. Vol. I e II. Campinas, 2011.

_____. *Projeto Piloto para a Escola de Educação Integral: Uma Proposta em Construção no Município de Campinas*. Campinas, 2014.

_____. *Projeto Piloto Para a Escola de Educação Integral: Uma Proposta em Construção no Cemefaja/Emef Paulo Freire*. Campinas, 2014.

_____. *Primeiro Relatório Comissão de Estudos Sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais* (Portaria Sme/Fumec No 01/2014 Dom – 22 De Maio De 2014). Campinas, 2015.

SANT-EXUPÉRY, Antoine. *O pequeno príncipe*. Trad.: Vinna Mara Fonceca. Disponível em: < www.cirac.org/VMF- príncipe -pt.htm >. Acesso em: 20 jan 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-479-5

